



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 321/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1624/2011 (04 Volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Anori.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Paulo Moreno Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Anori e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI/CI – Informação Conclusiva nº 1022/2015 (fl. 645).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1726/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 647/648).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anori. Exercício de 2010.

*Contas Regulares com ressalvas. Recomendação ao atual Presidente da Câmara Municipal de Anori. Determinação à DICAMI. Recomendação ao Ministério Público. Quitação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Anori, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Paulo Moreno Nunes**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.2- Recomendar ao atual Presidente da Câmara Municipal de Anori que:**

9.2.1- nos próximos exercícios, observe com mais rigor o prazo de remessa da movimentação contábil do órgão a esta Corte de Contas, estabelecido no art. 4º da Res. TCE n.º 07/2002 c/c o art. 15, § 1º, da Lei Complementar n.º 06/1991 (com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;

9.2.2- observe também o prazo para remessa a este Tribunal, dos Relatórios de Gestão Fiscal, em conformidade com o art. 2º da Res. TCE n.º 06/2000 e a Lei Complementar n.º 101/2000;

9.2.3- o inventário dos bens patrimoniais seja elaborado em conformidade com a Lei n.º 4320/1964;

9.2.4- por ocasião da celebração de contratos com pessoas jurídicas, seja emitido parecer técnico, nos termos da Lei n.º 8.666/1993;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 321/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.2.5- seja implantado, com urgência, o Sistema de Controle Interno Integrado, que possibilite a execução de Auditoria Prévia dos Atos Administrativos praticados em cada exercício, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal;

**9.3- Determinar à DICAMI** que a próxima Comissão de Inspeção verifique se as pastas funcionais dos servidores da Câmara Municipal de Anori estão devidamente atualizadas e corrigidas;

**9.4- Recomendar ao Ministério Público** que apure através de processo competente a veracidade dos comprovantes de deslocamentos constantes às fls. 194/257 dos autos;

**9.5- Dar quitação** ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de abril de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral